



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

Ofício Proc. 172/2025

À

Câmara Municipal de São Francisco

Exmo. Sr. Presidente

DD. Vereador Daniel Fonseca Rocha

Por intermédio deste expediente venho dirigir respeitosamente a esta Casa Legislativa com o propósito de encaminhar, para conhecimento, discussão e deliberação, a Propositura de Lei apresentada anexa, cuja ementa **dispõe sobre a reversão parcial de imóvel doado à APAC pela Lei Municipal nº 2.175/2004, por inexecução parcial de encargo e dá outras providências.**

A justificativa da presente propositura é apresentada anexa, podendo inferir que está presente o relevante interesse público, bem como a urgência da matéria, razão pela qual pugno que a mesma tramite sob o **REGIME DE URGÊNCIA** e, após regular trâmite seja aprovada nos termos legais.

Atenciosamente,

MIGUEL PAULO
SOUZA

FILHO:85027049668

Assinado de forma digital por
MIGUEL PAULO SOUZA
FILHO:85027049668
Dados: 2025.12.03 08:57:44
-03'00'

MIGUEL PAULO SOUZA FILHO
Prefeito

São Francisco/MG, 03 de dezembro de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

Propositura de Lei Ordinária nº 060/2025

Dispõe sobre a reversão parcial de imóvel doado à APAC pela Lei Municipal nº 2.175/2004, por inexecução parcial de encargo e dá outras providências.

MIGUEL PAULO DE SOUZA FILHO, Prefeito pelo Município de São Francisco, Estado de Minas Gerais, revestido das atribuições legais consignadas na Lei Orgânica Municipal, **PROPÕE A PRESENTE PROPOSITURA DE LEI:**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a reversão parcial ao acervo patrimonial do Município da área de **15.060,00 m²** (quinze mil e sessenta metros quadrados) do imóvel registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob matrícula nº 6.518, fls 18, Livro 2/MRg, objeto da doação autorizada pela Lei Municipal nº 2.175, de 02 de setembro de 2004.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput deste artigo ocorrerá em razão da inexecução parcial do encargo estabelecido na Lei Municipal nº 2.175/2004, referente à não utilização da totalidade do imóvel para as finalidades previstas na legislação original, após decorridos onze anos da doação.

Art. 2º. A área remanescente, de **5.000,00 m²** (cinco mil metros quadrados), que se encontra efetivamente utilizada pela APAC, permanecerá sob a propriedade da entidade, mantendo-se íntegros os encargos e a cláusula de reversão proporcional à área remanescente, conforme a legislação vigente.

Art. 3º. O Poder Executivo Municipal, por meio dos órgãos competentes, em especial a Procuradoria Jurídica, adotará as medidas necessárias para a demarcação, desmembramento e regularização cartorária da área revertida, promovendo os atos administrativos e judiciais que se fizerem necessários para a consolidação da propriedade e incorporação ao acervo patrimonial do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

Parágrafo único. As despesas com a demarcação, desmembramento e demais atos cartorários correrão por conta do Município, podendo sendo lastreadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, se necessário, para a execução das medidas previstas nesta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MIGUEL PAULO
SOUZA

FILHO:85027049668

MIGUEL PAULO DE SOUZA FILHO

Prefeito

Assinado de forma digital por
MIGUEL PAULO SOUZA
FILHO:85027049668
Dados: 2025.12.03 08:57:33
-03'00'

São Francisco/MG, 03 de dezembro de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

JUSTIFICATIVA À PROPOSITURA DE LEI Nº 060/2025

À

Câmara Municipal de São Francisco

Exmos. Srs. Vereadores,

Com meus cordiais cumprimentos, submeto à apreciação desta Casa Legislativa a propositura de lei que **dispõe sobre a reversão parcial de imóvel doado à APAC pela Lei Municipal nº 2.175/2004, por inexecução parcial de encargo e dá outras providências.**

A Lei Municipal nº 2.175/2004 autorizou a doação de um terreno de 20.160,00 m² à APAC, com a finalidade específica de construção e instalação da entidade, e continha uma cláusula expressa de reversão em caso de não utilização do imóvel pela donatária. Tal cláusula reflete o interesse público subjacente à doação de bens públicos, que não são meras liberalidades, mas sim instrumentos de promoção de finalidades de interesse social, sujeitos a encargos e condições.

Passados mais de onze anos da referida doação, constatou-se, mediante procedimento administrativo e vistoria técnica, que a entidade utiliza efetivamente apenas 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados) da área total doada. Uma porção significativa de 15.160,00 m² permanece ociosa e subutilizada, em evidente inexecução parcial do encargo estabelecido na lei original.

Diante dessa situação, e com o objetivo de resguardar o interesse público e o erário municipal, o Município deve reaver a posse e a propriedade da área que não cumpre sua função social e a finalidade para a qual foi destinada. A reversão de doação por inexecução de encargo é plenamente possível no direito administrativo brasileiro e visa garantir que o patrimônio público sirva à coletividade, podendo ainda ser destinada para outras finalidades de interesse público.

O presente projeto de lei busca a regularização da situação dominial da área ociosa, permitindo que o Município possa destinar a porção revertida a outras



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

finalidades públicas, projetos ou políticas que atendam às necessidades da população de São Francisco. A medida está em consonância com os princípios da legalidade, finalidade e eficiência da administração pública.

Importante ressaltar que a reversão parcial se faz necessária em virtude da utilização de parte do imóvel pela APAC, reconhecendo-se o trabalho social e a importância da entidade, mas delimitando a propriedade à área efetivamente necessária e utilizada. A área remanescente utilizada pela entidade permanecerá sob sua posse e propriedade, respeitando-se o encargo cumprido.

Do exposto, encaminho para deliberação desta respeitada Casa Legislativa a presente proposição de lei, contando com a respeitada aprovação, oportunidade em que **REQUEIRO O REGIME DE URGÊNCIA**, conforme faculta e prevê a legislação vigente.

Atenciosamente,

MIGUEL PAULO
SOUZA
FILHO:85027049668

Assinado de forma digital
por MIGUEL PAULO SOUZA
FILHO:85027049668
Dados: 2025.12.03 08:56:51
-03'00'

MIGUEL PAULO SOUZA FILHO
Prefeito

São Francisco/MG, 03 de dezembro de 2025.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de São Francisco



Estado de Minas Gerais

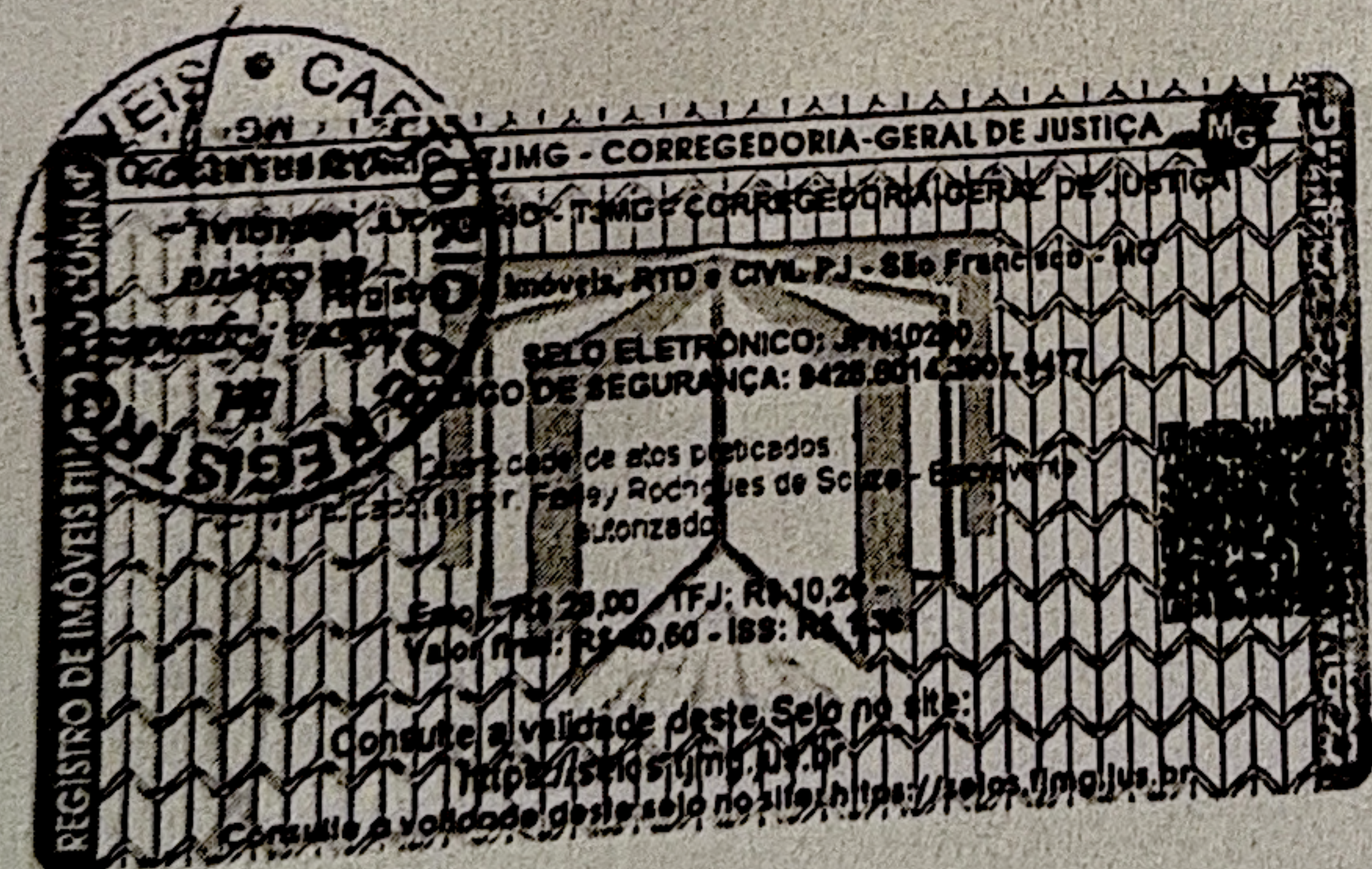


Cartório do Registro de Imóveis

Certidão

Juliano Fagundes da Silveira, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco, MG; em pleno exercício, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, atendendo a requerimento verbal da parte interessada, que revendo os livros próprios deste cartório, deles consta o registro seguinte: registro nº 01 matrícula nº 6518 fls. 18 Lº 2/MRg; em: 30/06/88, do seguinte teor: Uma quadra de terreno urbano de nº 79 (setenta e nove) situado no loteamento denominado "João Aguiar", bairro do mesmo nome, situado nesta cidade de São Francisco - MG, com a área de 50.000,00 (cinquenta mil metros quadrados). DE PROPRIEDADE: da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG. AVERBAÇÕES: Prefeitura Municipal de São Francisco vendeu parte da quadra 79 com 20.160m², para ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE SÃO FRANCISCO-MG, conforme R.01 matrícula nº 14.467 ficha nº 6.228, em 28/12/2004. Foi o que pude verificar com relação ao que me foi solicitado pela parte interessada. O referido é verdade e dou fé. São Francisco, MG; 25 de Agosto de 2025. Eu, **Juliano Fagundes da Silveira**, Oficial do Registro de Imóveis, subscreevi a presente. O O F I C I A L.



Farley Rodrigues de Souza
Escrevente Autorizado
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DE SÃO FRANCISCO (MG)

"Quem não registra não é dono"

Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

LEI Nº 2.175, DE 02 DE SETEMBRO DE 2004.

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A DOAR IMÓVEL PARA A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO CONDENADO - APAC.

JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de São Francisco, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do cargo e na forma da Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar para a Associação de Proteção ao Condenado – APAC, uma área de 20.160,00 m² situado na quadra 79 (parte) do Bairro João Aguiar, situado na Av. Montes Claros dentro das seguintes divisas e confrontações: ao norte pelos fundos com a propriedade da Prefeitura Municipal, medindo 60,00m – ao sul pela frente com a Av. Montes Claros, medindo 60,00m – ao leste pela lateral esquerda com chácara, medindo 326,00m e ao oeste pela lateral direita com o Parque de Exposições Zezé Botelho, medindo 326,00m.

Art. 2º - A área declinada no art. 1º desta Lei tem a finalidade de se construir as instalações da Associação bem como instalações dirigidas ao trabalho dos condenados.

Art. 3º - O beneficiário terá o prazo de dois anos para terminar a construção de suas instalações sob pena de ser revertida a área novamente ao Município, a contar da data do registro da escritura de doação junto ao Cartório do Registro de Imóveis.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Francisco – MG, 02 de setembro de 2004.


JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA
Prefeito Municipal